

Repique no desmatamento

MARCELO LEITE

NA CAMPANHA eleitoral de 2014 e logo depois, a presidente Dilma Rousseff (PT) usou a redução na taxa anual de desmatamento na Amazônia para melhorar sua imagem. Naquela altura, porém, já se sabia que a destruição estava em alta.

O “ano fiscal” do desmatamento na Amazônia vai de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Ou seja, a redução de 18% anunciada pelo Planalto após a eleição era uma foto do passado, do segundo semestre de 2013 e do primeiro de 2014.

Outros sistemas de monitoramento do próprio governo e de organizações não governamentais já apontavam, no segundo semestre de 2014, que a devastação começara a subir novamente. Os ministérios do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Inovação, que operam a vigilância por satélite, mudaram a divulgação desses dados (antes rápida e completa) para combater a no-

ção de que as coisas não iam bem.

Pois chegou a hora da verdade e de um constrangimento: na véspera de embarcar para Paris, onde participará da COP21, a cúpula do clima, Dilma anuncia para o mundo que o desmatamento voltou a crescer (16%). Foram 5.831 km², contra 5.012 km² no período anterior.

Mudanças no uso da terra (desflorestamento) e agropecuária ainda são as maiores fontes de emissões de gases do efeito estufa no Brasil. Se o desmatamento aumentou, fica mais difícil o país cumprir a meta assumida para Paris de reduzi-las em 43% até 2030.

Antes, o governo havia prometi-

DESTRUIÇÃO SE CONCENTRA PERTO DE GRANDES OBRAS



Fonte: Instituto Socioambiental

do também reduzir a taxa anual de desmate na Amazônia para menos de 4.000 km² até 2020. Torna-se mais claro, agora, que estamos parados num patamar acima de 5.000 km² e que Brasília necessitará fazer esforço maior para chegar lá.

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, preferiu distribuir a maior parte da responsabilidade para os governos estaduais (AM, MT e RO tiveram os maiores aumentos). Disse que eles receberam R\$ 220 milhões e que deveriam apresentar resultado melhor que esse.

Sim, os Estados precisam fazer mais. Mas cabe ao governo Dilma dar atenção aos efeitos colaterais de suas outras políticas, como o impacto das obras de infraestrutura, tipo Belo Monte, sobre a floresta.

Esses megaprojetos não geram apenas propinas, mas também uma indução ao desmatamento que o Planalto, igualmente, finge não ver.